

em Technology Policy e em Electrical Engineering and Computer Science pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT) e doutorou-se em Telecommunications Policy pelo Engineering and Public Policy Department, Carnegie Mellon University (CMU), tendo depois realizado estudos de pós-doutoramento na School of Information Management and Systems, University of California, Berkeley (UCB).

A sua investigação foca-se na eficiência económica e técnica de redes de telecomunicações, e em particular da Internet, e dos acordos de interligação entre operadores. Trabalhou como *research assistant* no MIT Program on Internet & Telecoms Convergence e no Technology Management and Economics Group dos Bell Labs, Lucent Technologies, nas áreas de redes de fibra óptica e de mercados de largura de banda, nomeadamente no desenvolvimento de ferramentas de apoio à decisão para o aprovisionamento e gestão de redes de alto débito.

Leccionou como teaching assistant no MIT, na área de Telecommunications Modeling and Policy Analysis, e lecciona no mestrado em Engenharia e Gestão de Tecnologia do IST, na área de Telecommunications Management and Policy.

É investigador associado do Centro de Estudos em Inovação, Tecnologia e Políticas de Desenvolvimento do IST, onde tem desenvolvido investigação e supervisionado alunos de pós-graduação nas áreas de difusão de tecnologias de informação e comunicação, crescimento económico, emprego e desigualdade salarial. Também é professor convidado para formação de executivos na área de Gestão de Tecnologias de Informação e Comunicação na Faculdade de Ciências Empresariais e Económicas da Universidade Católica Portuguesa (UCP). Serviu como assessor do Secretário de Estado para a Ciência e Tecnologia e Ensino Superior do XVII Governo Constitucional para a área da sociedade de informação e conhecimento.

Curriculum vitae

Anabela Damásio Caetano Pedroso

Licenciatura em História pela Universidade Nova de Lisboa.
Vogal (por inerência) do conselho directivo da UMIC — Agência para a Sociedade do Conhecimento.
Coordenadora da Unidade de Missão para a Inovação e Conhecimento (UMIC). Secretária-geral-adjunta do Ministério das Finanças.
Vogal do Instituto de Gestão das Lojas do Cidadão.
Chefe de projecto-adjunta da Equipa de Missão para Instalação das Lojas do Cidadão. Chefe da Divisão de Informática da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças. Técnica superior de informática no Instituto de Informática do Ministério das Finanças.
Representante da UMIC no conselho coordenador da Unidade de Coordenação para a Modernização Administrativa (UCMA).
Responsável pela cadeia e-Government na pós-graduação Relationship Management do INDEG/ISCTE.
Coordenadora de cursos e formadora no Instituto Nacional de Administração (INA) (automatização de processos administrativos, diploma de especialização em técnicas administrativas, reengenharia de processos e *workflows*, sociedade da informação e administração pública electrónica).
Oradora convidada em cursos, seminários e conferências, nacionais e internacionais, sobre governo electrónico e sociedade da informação (alguns destaques: «Ponto de situação das TI na Administração Pública», INA; «Outsourcing de TI na Administração Pública: Pressupostos, mitos e realidades», Forum Inter.Face; «Serviços públicos orientados ao cidadão», TapLink-EU, Brasil; «Best practices in e-Gov», Ministério Negócios Estrangeiros, Austrália; «eCitizen — Best practices», República Checa; «Administração Pública electrónica», OIT, Lisboa; «Portal do Cidadão — Um novo paradigma nos serviços públicos», Lisbon Information Society Forum, AIP; «Portal do Cidadão e a Administração Pública electrónica», Fórum Administração Pública: Uma Mudança Necessária», DGAP, FIL, e «A Administração Pública electrónica», mestrado em Administração Pública, ISCTE.
Representante nacional em vários *comités* internacionais, de onde se destaca CIRCA e-Government Group; eEurope Advisory Group; MODINIS e-Gov Interoperability EU.
Presidente da Associação de Solidariedade SUBUD, Projecto Comunitário RodaViva, Alfragide, de apoio a crianças e jovens em risco.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA CULTURA

Despacho conjunto n.º 604/2005. — 1 — Considerando o disposto na alínea *a*) do artigo 5.º e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 60/97, de 20 de Março, e ao abrigo do disposto no artigo 18.º e nos n.ºs 1,

4 e 5 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e tendo em conta que o currículo académico e profissional publicado em anexo evidencia perfil adequado e demonstrativo da aptidão e da experiência profissionais necessários ao cargo em que é investido, é nomeado o licenciado Silvestre de Almeida Lacerda, assessor da carreira técnica superior de arquivo do quadro de pessoal do Arquivo Distrital do Porto, para exercer, em comissão de serviço, o cargo de director do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

2 — A presente nomeação produz efeitos a partir do dia 11 de Julho de 2005.

19 de Julho de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — A Ministra da Cultura, *Maria Isabel da Silva Pires de Lima*.

Curriculum vitae

Dados pessoais:

Nome — Silvestre de Almeida Lacerda;
Data de nascimento — 19 de Março de 1958;
Nacionalidade — portuguesa.

Dados académicos:

Licenciatura em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;
Pós-graduação no curso de especialização em Ciências Documentais, opção Arquivo, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Dados profissionais — assessor da carreira técnica superior de arquivo do quadro do Arquivo Distrital do Porto.

Percurso profissional mais relevante:

Presidente do conselho directivo nacional da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, para o triénio de 2002-2004, representando a associação profissional em vários encontros e congressos nacionais e internacionais;
Director da revista *Cadernos BAD: Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*, entre 2002-2004;
Presidente da comissão organizadora do 8.º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, Centro de Congressos do Estoril 2004;
Membro do Conselho Superior de Arquivos e da respectiva comissão executiva desde 16 de Junho de 1999, em representação da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas;
Representante do Centro Português de Fotografia na Task Force 2000, do Ministério da Cultura;
Nomeado para a comissão para a regulamentação da Lei de Bases do Património Cultural Português (despacho n.º 5282/98, de 10 de Março);
Coordenador do Departamento de Património e Gestão do Centro Português de Fotografia (1997-2000);
Professor convidado nos cursos de especialização em Ciências Documentais na Universidade dos Açores (1993-1994 e 2003-2004) e na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1996-1997);
Participação nas equipas técnicas que elaboraram para o Ministério da Educação os programas para os cursos profissionais da área BAD (1989 e 2000);
Professor do ensino secundário (1982-1989);
Professor, monitor e coordenador de vários cursos e acções de formação na área da arquivística, bases de dados e gestão de sistemas de informação de arquivo (1992-2004);
Participação em vários grupos de trabalho, no âmbito do IAN/TT, na área da arquivística, gestão do património cultural e disponibilização de conteúdos digitais (2000-2003);
Participação como perito em vários projectos de investigação, sendo de salientar:

Projecto JNICT, PCSH/P/HIST/1008/95, «Estruturas sócio-económicas e industrialização no Norte de Portugal (séculos XIX-XX)», no âmbito da Faculdade de Letras da Universidade do Porto;

Projecto JNICT, PBIC/C/TIT/2502/95, «Archivum — Sistema de objectos com suporte temporal para descrição arquivística», no âmbito do Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores (INESC);

Projecto POC — DigitArq, «Produção, conversão e gestão de conteúdos digitais em arquivo» (2003-2004), vencedor do Prémio Fernandes Costa, atribuído pela Agência para a Sociedade do Conhecimento ao Arquivo Distrital do Porto.

Trabalhos publicados/comunicações públicas mais recentes:

«Arquivo digital: Gestão e serviços aos utilizadores» (2004) (em colaboração);

- «Arquivos privados do Vinho do Porto — O acesso à informação» (2004) (em colaboração);
- «Arquivos sindicais: Disponibilização da informação» (2003);
- «O arquivo da Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro» (2003) (em colaboração);
- «Inventário do arquivo do Instituto do Vinho do Porto» (2003) (em colaboração);
- «Gerir arquivos. Construir memórias» (2002) (em colaboração);
- «Eça de Queirós, 1845-1900» [CD-Rom] (2001) (em colaboração);
- «Uma cidade em (r)evolução: Recuperação do arquivo SAAL/N» [CD-Rom] (2001) (em colaboração);
- «A arte da tanoaria», Porto, 1997;
- «A cerâmica portuense: Evolução empresarial e estruturas edificadas» (1995) (em colaboração);
- «Gerir os documentos e valorizar o património. Dos arquivos da maturidade para os arquivos distritais» (1994) (em colaboração);
- «Recenseamento de arquivos municipais: Contributo para a implementação de uma política arquivística» (1994) (em colaboração);
- «Guia do Arquivo Distrital do Porto. Uma experiência de tratamento documental — 1990-1992» (1993) (em colaboração);
- «Arquivos sindicais do distrito do Porto» (1984).

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública

Departamento de Recursos Humanos

Despacho (extracto) n.º 17 940/2005 (2.ª série). — Por despacho de 14 de Julho de 2005 do director nacional, foram nomeados definitivamente, precedendo concurso, na categoria de assistente administrativo especialista, nos termos do n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e do n.º 1 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, os assistentes administrativos principais abaixo indicados, ficando posicionados no escalão e índice referidos:

Clas.	Identificação	Posicionamento escalonar	
		Escalão	Índice
1.º	M/2416, Maria da Graça Santos Churro . . .	1.º	269
2.º	M/1388, Helena Maria da Cruz Ferreira Silva	1.º	269
3.º	M/2353, Clarinda Tão Alves Moreira	1.º	269
4.º	M/2294, Paula Alexandra dos Santos Martins	1.º	269
5.º	M/2252, Vandas Ribas Beltran Franco	1.º	269
6.º	M/2350, Maria da Graça Loureiro Esteves	1.º	269
7.º	M/2420, Dora Gabriela Alves de Sousa	1.º	269
8.º	M/1787, Maria Cecília Mateus dos Santos Gouveia	4.º	316
9.º	M/1619, Maria Laura Amaral Faria Simões	1.º	269
10.º	M/2419, Rosa Maria Ribeiro Moreira Teixeira	2.º	280
11.º	M/00898, Maria da Conceição Pascoal Piteira	4.º	316

19 de Julho de 2005. — O Director, *João Carlos de Jesus Filipe Ribeiro*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Despacho conjunto n.º 605/2005. — Considerando que a UMIC — Agência para a Sociedade do Conhecimento, I. P., criada pelo Decreto-Lei n.º 16/2005, de 18 de Janeiro, é um instituto público que tem por missão o planeamento, a gestão, a coordenação e o

desenvolvimento de projectos nas áreas da sociedade da informação e governo electrónico;

Considerando que cabe ao conselho directivo, órgão colegial, a definição da actuação da UMIC, bem como a direcção dos respectivos serviços;

Considerando que, de acordo com o artigo 16.º do mencionado diploma legal, o estatuto remuneratório dos membros do conselho directivo da UMIC é fixado por despacho conjunto do Ministro de Estado e das Finanças e do membro do Governo que tutela a área da sociedade da informação e vigora até à entrada em vigor do diploma referido no n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro;

Considerando o elevado grau de exigência da intervenção pública em matéria de dinamização das actividades a desenvolver no domínio da sociedade da informação e governo electrónico;

Determina-se, ao abrigo do disposto no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 16/2005, de 18 de Janeiro, o seguinte:

1 — O presidente do conselho directivo da UMIC auferirá uma remuneração correspondente a presidente do conselho de administração de empresa pública, grupo B, nível 1.

2 — Os vogais do conselho directivo da UMIC auferem, individualmente, uma remuneração correspondente a vogal do conselho de administração de empresa pública, grupo B, nível 1.

19 de Julho de 2005. — Pelo Ministro de Estado e das Finanças, *Maria dos Anjos Melo Machado Nunes Capote*, Secretária de Estado do Tesouro e Finanças. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *José Mariano Rebelo Pires Gago*.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Gabinete do Ministro

Portaria n.º 810/2005 (2.ª série). — Louvo o coronel de artilharia NIM 13078471, José António Machado Alves de Matos, pela forma altamente dedicada, eficiente, permanente disponibilidade e inextinguível sentido de responsabilidade como desempenhou as funções de director técnico do Projecto n.º 1, «Apoio técnico à organização superior da defesa e das forças de defesa de Moçambique», inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar Luso-Moçambicana.

Mercê do seu empenho pessoal e do elevado profissionalismo com que efectuou inúmeros pareceres e propostas sobre as mais diversas matérias com que a Cooperação Técnico-Militar se vê confrontada, contribuiu em permanência para a consolidação do Projecto, que dirigiu, revelando, a par de um excepcional sentido do dever, elevadas capacidades de análise e síntese, atributos que foram de enorme utilidade para informação e apoio para a tomada de decisão do director-geral de Política de Defesa Nacional, nomeadamente nos assuntos que relevam do apoio à organização, modernização e funcionamento do Sistema de Defesa Nacional Moçambicano, bem como das suas Forças Armadas.

De salientar, também, que o envolvimento no planeamento do processo relativo ao levantamento da Academia das Forças Armadas de Moçambique foi em grande medida decisivo para a eficácia e sucesso da execução técnica deste Projecto, merecendo destaque a sua acção na elaboração de estudos e planos e apresentação de propostas ajustadas, coerentes e fundamentadas, nomeadamente de orientações para a concepção dos respectivos instrumentos jurídico-legais, revelando elevada competência técnico-profissional e superior espírito de colaboração.

Ao longo do período da sua missão, merece ainda destaque a sensibilidade e o pragmatismo com que tratou os assuntos que se lhe depararam, muitas vezes, de elevada complexidade, especialmente os relativos à colaboração que lhe foi solicitada no âmbito do Sistema de Protecção Civil e Apoio de Emergência de Moçambique, que muito contribuíram de modo relevante para a eficácia das capacidades instaladas pela Cooperação Técnico-Militar e visibilidade e prestígio de Portugal.

Possuidor de reconhecida verticalidade, extremamente sensato e ponderado, agindo com inegável lealdade e elevado espírito de missão, esmerado no trato e sabendo estimular o bom relacionamento pessoal, reuniu com naturalidade a estima, o respeito e a admiração dos oficiais nacionais e moçambicanos que com ele lidaram continuamente.

Do excelente desempenho das suas funções resultou o reconhecimento público de autoridades políticas e militares de Moçambique e neste contexto são de relevar os encómios que o Ministro da Defesa Nacional da República de Moçambique achou por bem registar no que se refere ao coronel Alves de Matos.

Oficial de elevadas qualidades pessoais e profissionais, onde sobressaem vincados dotes de carácter e lealdade, detentor de profundos